

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC**

**REGISTRO DA 4ª REUNIÃO DE 2021**

**1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

<b>Data</b>	<b>07/05/2021</b>	<b>Horário início</b>	<b>14h</b>	<b>Horário término</b>	<b>15:10h</b>
<b>Tipo</b>	Reunião do Comitê de Governança de TIC				
<b>Local</b>	<i>Google Meet</i>				
<b>Objetivo/Pauta</b>	1. Estudo para reestruturação da SETIC 2. Continuidade da Revisão do PDTIC 2020-2021				

**2. PARTICIPANTES**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Des. <b>CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA</b>	Presidente do Comitê de Governança de TIC, eleito pelo Tribunal Pleno
Des <sup>a</sup> . <b>DENISE PACHECO</b>	Eleita pelo Tribunal Pleno
Des. <b>MANUEL CID JARDON</b>	Eleito pelo Tribunal Pleno
Juíza <b>ANITA JOB LÜBBE</b>	Eleita pelos juízes de 1º grau em atividade
JEFERSON ANDRADE , representando o Juiz <b>LEANDRO KREBS GONÇALVES</b>	Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria
<b>BÁRBARA BURGARDT CASALETI</b>	Diretora-Geral
<b>GERALDO CRUZ TEIXEIRA</b>	Secretário-Geral Judiciário
<b>NATACHA MORAES DE OLIVEIRA</b>	Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>PABLO PAULO BARROS</b>	Coordenador de Implantação de sistemas
<b>DENILSON QUADROS</b>	Coordenador de Atendimento a usuários
<b>ANDRÉ FARIAS</b>	Coordenador de Desenvolvimento de sistemas
<b>PAULO MENDES RIBEIRO MENDES</b>	Coordenador de Gestão de Infraestrutura
<b>ALBERTO DANIEL MULLER</b>	Coordenador de Gestão de TIC

<b>ADOLFO MARQUES PEREIRA</b>	Representante da Secretaria-Geral da Presidência
Juiz EDSON PECIS LERRER	Ausência justificada

### 3. PAUTA

<b>3.1</b>	<b>Estudo para reestruturação da SETIC</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- NATACHA iniciou contextualizando sobre o compromisso assumido na reunião anterior em fazer uma análise sobre a força de trabalho da SETIC. Realizou contato com o CSJT e relatou que as informações que obteve foram de que as alterações que estão sendo propostas na resolução 63 não trarão novidades para o TRT da 4ª Região por tratarem de situações já organizadas neste regional, como vinculação da TI à Presidência. Em relação ao número mínimo de servidores nas TI's será feito um regramento do CSJT, ainda não disponível para referência. Portanto, o regramento a ser seguido atualmente é o do CNJ.</li> <li>- Compartilhou a proposta de reorganização da estrutura da SETIC, apresentando o organograma atual de alguns outros Tribunais, como o do RJ e do PR, onde as seções foram transformadas em divisões com movimentação para as TI's de CJ's provenientes de áreas obsoletas nos TRTs. Exibiu a proposta da SETIC no sentido de criar uma nova coordenadoria para a Segurança da Informação, transformar todas as seções em Divisões (CJ1) e utilizar as FCs-05 que atualmente estão nas seções para criar mecanismos de reconhecimento de carreira técnica. Portanto, seria necessário fornecer à SETIC 16 CJs-1, que por sugestão, poderiam ser retiradas das CCDFs do interior, área onde se entende que não justifica mais a existência desta gratificação pelo fato de que a grande maioria das funções foi absorvida pelo PJe, reforçando que os Gestores da SETIC devem isso a seus colaboradores. Solicitou autorização do Comitê para encaminhar proposta à Presidência da seguinte forma: 1 - criação da Coordenadoria de Segurança da Informação - CJ-1, 2 - transformação das 15 seções da SETC em divisões com CJs-1, 3 - utilização das FCs-5 da SETIC para a criação de mecanismos de reconhecimento da área técnica.</li> <li>- BÁRBARA relatou que já acompanhou outras reestruturações onde se tentou utilizar as CJs-1 das CCDFs e que não houve êxito até o momento. Tem conhecimento de outras áreas do TRT que tem demandas por CJs, mas entende que o estudo deve ser levado adiante, assim como os demais o foram, e que deverá ser observado o equilíbrio de gratificações entre área judiciária (1º e 2º graus) e administrativa. Lembrou ainda que o Tribunal tem deficiência de funções comissionadas e que não é possível transformar CJs em FCs.</li> <li>- NATACHA manifestou-se no sentido de que não há condições de manter a TI da forma como está hoje e que a situação está se tornando insustentável. Destacou que o exemplo do TJRS é clássico de uma TI mal remunerada e pouco reconhecida, na qual os técnicos estão com sobrecarga de trabalho e virando noites para recuperar os sistemas invadidos por hackers, apresentando sinais de esgotamento e estafa. Com o aumento de responsabilidades que tem recaído sobre a área técnica e a sobrecarga de trabalho dos servidores para manter os sistemas em funcionamento de forma segura, NATACHA entende que no papel de gestora não pode deixar de encaminhar esse pedido sob pena de ter sua equipe cada vez mais reduzida e certamente adoecida.</li> <li>- Des. CASSOU ratifica a fala da Natacha por entender que o Comitê tem essa obrigação de olhar para a SETIC, embora entenda as dificuldades existentes no TRT no que se refere ao remanejamento de cargos (CJ), que o debate é importante e é possível que resulte em outras possibilidades. Entende que a proposta deve ser encaminhada, com os devidos alertas e que a preocupação deve ser tratada também no âmbito nacional, junto ao CNJ e CSJT.</li> <li>- ADOLFO manifestou que não há dúvidas de que a importância da TI está muito clara e evidente há alguns anos e que falhas na TI teriam parado o TRT. A defasagem de pessoas ficou escancarada em</li> </ul>	

razão dessa importância e entende que há dificuldade de se obter técnicos qualificados. Reforça que a administração irá examinar qualquer estudo que seja encaminhado, porém ratifica que essa questão deve ser tratada em âmbito nacional, com valorização da carreira de TI junto aos órgãos superiores do Poder Judiciário. O TRT4 pode encaminhar projeto para o STF neste sentido. E relação às CJs-1 é uma questão antiga que se tenta resolver e que mexe com muitas pessoas, assim o estudo pode ser encaminhado para que se chegue a uma proposta razoável.

- Des. DENISE lembrou do que foi relatado na reunião anterior pela Natacha e do risco que corremos frente ao que aconteceu no TJRS. Entende que a Administração deve ter esse olhar para a TI e para as mudanças ocorridas em todo o Tribunal ao longo dos últimos anos, fazendo os ajustes necessários. Salientou ainda que a TI atende tanto primeiro quanto segundo grau, ou seja, a TI “é de todos” e que de certa forma, o primeiro grau é onde há o maior volume de trabalho da TI se comparado ao segundo grau. Demonstrou muita preocupação com a invasão ocorrida no TJRS e entende que este é o melhor momento de buscar uma valorização para a TI do TRT4, devendo o assunto ser levado também ao Colepdecor.
- NATACHA evidenciou ainda que outros tribunais já remanejeram cargos e funções da área judiciária para a área de TI, algo inclusive autorizado pelo TCU. TRT9 é um dos exemplos, um tribunal menor e que possui uma força de trabalho de TI maior e mais valorizada do que a do TRT4.
- Juíza ANITA relatou que conhece de perto as ações do TRT9 e que de fato está demonstrado que ações grandes podem começar pequenas e dar bons resultados.

**Deliberação:** Aprovado o encaminhamento de proposta de reestruturação da SETIC para a Presidência.

**3.2**

**PDTIC**

**Relato:**

- Retomada a apresentação do PDTIC, NATACHA demonstrou o catálogo de serviços e sistemas de TI, que delimita as atividades macro de TIC. A categorização dos sistemas é uma exigência do CNJ, para avaliar se os sistemas são estratégicos, críticos ou operacionais, bem como sua situação e público ao qual atende.
- Atualmente são 54 sistemas judiciais, 38 sistemas administrativos, 8 sistemas de automação e 48 sistemas de terceiros.
- O catálogo e o gerenciamento de níveis de serviços de TI é a forma como a TI organiza o atendimento dos chamados e demandas recebidas, sendo que há prazos pré-determinados para o atendimento de cada tipo de chamado recebido. Periodicamente são feitas análises do quanto esses tempo são atendidos para que se possa fazer os ajustes necessários nos SLA's (que são os prazos para início de atendimento e para resolução dos chamados)
- NATACHA fez um destaque sobre a monitoração das impressões no Tribunal, informando que o volume baixou de 9 milhões para 1 milhão de páginas por ano e que esse dado é bastante relevante para o projeto institucional de redução das impressoras das unidades.
- O portal de governança de TIC, que possui os dados dos indicadores operacionais atualizados, onde se pode visualizar o volume de chamados recebidos, classificação dos chamados, gráfico de horários, atendimento dos níveis de serviços e resultado das pesquisas de satisfação.
- Gestão de operações é como tem sido chamada a área de Infraestrutura atualmente e se criou um capítulo específico no PDTIC, dada a relevância da área que mantém toda a operação de serviços e sistemas. NATACHA salientou que há uma orientação do CNJ para uso de serviço de nuvem. e que considera muito importante que se migre para a nuvem todos os serviços que de terceiros, não considerados críticos pelo TRT. Esses sistemas além de exigir um grande esforço de pessoal e segurança para mantê-los, trazem para dentro do ambiente do TRT as vulnerabilidades desses sistemas externos. Mesmo terceirizados, os serviços terão grande demanda de gestão do serviço e dos contratos, que ainda seriam mantidos por servidores da SETIC.
- PAC 2020 - Natacha apresentou os resultados do plano de capacitação foi executado valor menor do

previsto em razão de treinamentos cancelados em razão da pandemia. Havia previsão de execução de 399 treinamentos e em razão da pandemia foram executados 352 pois em razão da pandemia muitas turmas de cursos foram cancelados e nem todos foram supridos com turmas remotas. Assim, do orçamento revisado de R\$ 298.054,51 foram executados R\$ 136.474,20 e a diferença foi revertida para o Tribunal distribuir entre outras áreas. Ainda assim 9% dos servidores da TI fizeram algum treinamento em 2020, a carga horária média foi de 48 horas por servidor e foram executados 86% dos treinamentos previstos. Para 2021, temos 580 vagas planejadas, com aproximadamente 7 mil horas de treinamento previstas com valor de 273 mil, orçamento já aprovado pela Escola Judicial e Direção Geral.

- Em razão do horário, a apresentação do PDTIC terá continuidade na próxima reunião.

**Deliberação:**

- Relato aprovado.

PDTIC será anexado à ata da próxima reunião

Próxima reunião: 14 DE MAIO ÀS 14H